

Dinâmica de classes no acirramento da crise mundial do capitalismo: lutas de resistência às alternativas capitalistas no Brasil

Class dynamics in the escalation of the world crisis of capitalism: struggles of resistance to capitalist alternatives in Brazil

Franci Gomes Cardoso*

Resumo – O artigo expõe uma reconstrução histórico-conceitual, utilizando categorias ontológicas e intelectivas já utilizadas em pesquisas realizadas durante trajetória acadêmica, a partir de tese de doutoramento. Tal reconstrução tem sua centralidade nas “lutas de resistência das classes subalternas às alternativas capitalistas no Brasil contemporâneo”, mediadas por outras categorias que lhe dão materialidade e dinamismo: ideologia e hegemonia. Com interesse de análise centrado na política, o estudo parte das seguintes premissas, inspiradas no pensamento gramsciano: 1 – a ideologia tem papel ativo em processos históricos determinados e se realiza resultando do movimento da estrutura social; 2 – na dinâmica de classes, no capitalismo, é exigência histórica do processo de transformação social a ruptura, pelas classes subalternas, com a ideologia dominante e a construção de uma concepção de mundo própria como base de ações vitais; 3 – as lutas sociais que se inserem na sociedade capitalista são determinadas pela dinâmica da realidade social, como totalidade histórica. Essas premissas constituem os eixos condutores para a reconstrução do objeto deste estudo.

Palavras-chave: lutas de resistência; classes subalternas; alternativas capitalistas; ideologia e hegemonia.

Abstract – The article exposes a historical-conceptual reconstruction, using ontological and intellectual categories already used in research carried out during my doctoral thesis. This reconstruction has as its center the “struggle of subaltern classes to capitalist alternatives in contemporary Brazil,” mediated by other categories that give it materiality and dynamism: ideology and hegemony. This study’s analytical focus lies in politics, and it is based on the following premises, inspired by Gramscian thought: 1 – ideology plays an active role in determined historical processes and is carried out as a result of the movement of social structures; 2 – in the dynamics of classes, in capitalism, the process of social transformation demands both the rupture with the domi-

* Doutora em Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC/SP; professora aposentada, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Uema. E-mail: <cardosofranci@uol.com.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7959-0431>>.

nant ideology by subaltern classes and the construction of its own world notion as the basis of vital actions; 3 – social struggles that are part of capitalist society are determined by the dynamics of social reality as a historical totality. These premises are the guiding axes for the reconstruction of the object of this study.

Keywords: resistance movements; subaltern classes; capitalist alternatives; ideology and hegemony.

Introdução

As transformações ocorridas no mundo, no final do século XX e início do século XXI, têm colocado grandes desafios aos estudiosos do processo histórico de desenvolvimento da sociedade, bem como às forças sociais progressistas e de esquerda em luta. É um processo mundial que apresenta particularidades nos Estados nacionais que expressam a situação de cada um no contexto global em que se situam. A compreensão dessa particularidade do Brasil, no contexto do acirramento da crise do capitalismo na contemporaneidade, é de fundamental importância, na perspectiva de: recuperar historicamente esses desafios; contribuir teórica e politicamente com pesquisas históricas e publicações sobre as lutas sociais e organização das classes subalternas; e subsidiar o debate crítico em torno da temática em estudo e das práticas sociais para o enfrentamento das alternativas capitalistas.

A fase atual do capitalismo sintetiza o processo mundial de reestruturação das relações de produção e de trabalho, orientada pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro. Nesse contexto,

a flexibilização da organização da produção e do trabalho, filiada à complexa dinâmica do capital, operou grande transformação econômica e ideológica, portanto, na estrutura e superestrutura da sociedade. Assim, fortaleceu também a reação conservadora no modo de pensar e de agir, fomentou a cultura da pós-modernidade, metamorfoseou as relações de exploração, dominação e humilhação, com a crescente terceirização da produção, a precarização do trabalho e a fragmentação da classe de trabalhadora (ANTUNES apud LOPES, 2015, p.12).

O neoliberalismo assume, no Brasil contemporâneo e nos termos do pensamento *gramsciano*, uma revolução passiva, cuja estratégia de passivização é exatamente inserir de forma atomizada as classes subalternas no projeto do capital, mediante o conformismo. Por outro lado, também no pensamento *gramsciano*, é exigência histórica do processo de transformação social a ruptura, pelas classes subalternas, com a ideologia dominante e a construção de uma concepção de mundo própria que constitui a base de ações vitais.

Tal construção se desenvolve na luta social concreta, determinada pelas condições objetivas e subjetivas da luta de classe. Essas condições se

constituem como determinantes fundamentais das formas de organização das lutas empreendidas pelas classes subalternas para o enfrentamento das contradições presentes nas diferentes conjunturas por elas vivenciadas. Busca-se, assim, a síntese dessas contradições, no caminho da construção de uma sociedade justa e igualitária, alternativa à capitalista.

Na dinâmica histórica atual do Brasil, evidenciam-se, por um lado, processos profundamente violentos, tanto física quanto moralmente, orientados pela ideologia neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro. Por outro lado, há processos de resistência que se expressam por movimentos de oposição e protesto à opressão, como reação à subordinação, à exploração e à humilhação inerentes ao capitalismo, agora em crise mundial.

Essa crise evidencia as contradições do movimento de acumulação e manifesta-se em diferentes frentes: a financeira, a ambiental, a do emprego, a da saúde e da educação, dentre outras formas de expressão. Diante dessas manifestações, as classes dominantes elaboram e implementam estratégias de ação que assegurem sua hegemonia. Na década de 1990, por exemplo, no Brasil, a crise foi concebida como esgotamento do modelo fordista/keynesiano, dando lugar ao projeto neoliberal traduzido na privatização dos serviços públicos e na redução drástica das políticas sociais (MOTA, 2010).

Para análise e exposição da dinâmica de classes em confronto, e com interesse centrado na política, foram buscadas, no campo teórico e político do pensamento de Marx e da tradição marxista, as bases teórico-metodológicas para a reconstrução do objeto de estudo, priorizando, nesse campo, as contribuições de Gramsci. É a perspectiva teórico-metodológica dos dois teóricos revolucionários que permite o conhecimento das mediações da vida social na ordem burguesa, desvelando os processos que a engendram e as totalidades que a constituem.

No contexto dessa opção teórico-metodológica e política, a prioridade dada a Gramsci se justifica pela contemporaneidade de seu pensamento e por ser a prática política o eixo central de sua preocupação teórica. Além disso, as contribuições, neste estudo, de pensadores da tradição marxista e de Gramsci, em particular, constituem referências básicas e genéricas para pensar a realidade social como totalidade histórica e para apreender o movimento do real e reproduzi-lo idealmente.

Com essas referências, parte-se de três premissas básicas norteadoras do estudo: 1 – a ideologia tem papel ativo em processos históricos determinados, possui um peso decisivo na organização da vida social e se realiza concreta e historicamente, resultando do movimento da estrutura social; 2 – na dinâmica de classes, no capitalismo, é exigência histórica do processo de transformação social a ruptura, pelas classes subalternas, com a ideologia dominante e a construção de uma concepção de mundo própria que constitui a base de ações vitais; 3 – as lutas sociais que se inserem na sociedade capitalista são determinadas pela dinâmica da realidade social, como totalidade histórica.

A sistematização de parte dos resultados dos estudos realizados, aqui estruturada em forma de artigo, compõe-se desta introdução e de dois grandes itens: no primeiro debate-se o poder da ideologia na construção da hegemonia das classes subalternas, a partir do pensamento de Gramsci; no segundo, são expostas formas de expressão de lutas de resistência das classes subalternas, no enfrentamento de alternativas capitalistas no Brasil. Conclui-se a exposição recuperando aspectos relevantes do confronto das classes subalternas com o Estado e a classe dominante no processo de construção de um novo bloco histórico, de modo que são apontados alguns elementos fundamentais da atual conjuntura brasileira, fundamentada em Gramsci.

O poder da ideologia na construção da hegemonia das classes subalternas

No pensamento gramsciano a ideologia é uma “concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p.16). A ideologia tem, portanto, um peso decisivo na organização da vida social, pois se realiza concreta e historicamente, resultando do movimento da estrutura social.

Para Gramsci (1978), essa manifestação da ideologia, enquanto concepção de mundo, objetiva-se em graus diversificados que ele procura demonstrar em suas reflexões sobre o processo de elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente. Estabelece, nessas reflexões, a relação entre filosofia, senso comum e religião, situando esses elementos no interior desse processo de elaboração.

Ao tratar a filosofia, Gramsci (1978) ressalta que há um preconceito bastante difundido de que ela seja algo muito difícil e à qual apenas uma determinada categoria de cientistas tem acesso, insistindo que tal preconceito seja destruído. Isso porque, para Gramsci (1978), todos os homens são “filósofos”, na medida em que – mesmo sem terem consciência – na mais simples manifestação da atividade intelectual está contida uma concepção de mundo, está implícita uma ideologia.

Segundo o teórico marxista, essa filosofia tem limites porque é espontânea. Mas é acessível a todo mundo, manifestando-se

[...] na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não simplesmente de palavras gramaticalmente vazias de conteúdos; no senso comum e no bom senso; na religião popular e, consequentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por ‘folclore’ (GRAMSCI, 1978, p.11).

Nessas formas pelas quais são manifestadas concepções de mundo que, segundo Gramsci (1978), são espontâneas, podem ser avaliados os graus de elaboração ideológica; ou seja, a maior ou menor complexidade da concepção de mundo de cada um e a que grupo pertence: se o de “homens-massa” ou de “homens-coletivo”. Tendo isso em vista, o grau de concepção de mundo pode revelar a tendência a um ou outro grupo, respectivamente.

Assim, para Gramsci (1999, p. 94):

[...] pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. [...] Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homem-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de histórias passadas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano, mundialmente unificado. Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e levá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido.

Desse modo, a consciência de nossa historicidade, de sua fase de desenvolvimento e de sua relação com outras concepções de mundo é condição fundamental para a constituição de uma filosofia crítica e coerente. A construção dessa filosofia superior ou a criação de uma nova cultura significa, além de todo um processo crítico e de descobertas originais, a difusão e socialização de verdades já desvendadas para torná-las a base do agir das classes subalternas, “[...] o elemento de coordenação é de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1978, p.14). Situando os elementos históricos, tais como filosofia, senso comum e religião, no processo de elaboração de uma nova concepção de mundo, Gramsci (1978) entende a filosofia como uma ordem intelectual, por ser, ao mesmo tempo, crítica e superação dos demais elementos. Nesse sentido, a filosofia coincide com o bom-senso, que se contrapõe ao senso comum. Mas, lembrando o argumento de Gramsci (1978), ao afirmar que “todos os homens são filósofos” porque na mais simples atividade intelectual existe uma concepção de mundo, é importante ressaltar que a diferença fundamental entre esses fenômenos é o nível de elaboração crítica. Ademais, o próprio Gramsci (1978), na passagem de *Cadernos do cárcere* em que reflete sobre a relação entre ideologia e filosofia, parte da concepção de religião como concepção de vida e a relaciona ao conjunto das ideologias.

Enquanto concepção fragmentária, o senso comum manifesta a coexistência de filosofias diferenciadas que são explicitadas na contradição

entre o pensar e o agir, ou seja, há uma concepção de mundo que se expressa através do fato intelectual e outra que se manifesta na ação efetiva. Essa contradição será superada com a elevação do senso comum ao plano crítico que, segundo Gramsci (1978), faz-se através da luta concreta, no cotidiano das classes subalternas, a partir dos problemas por elas enfrentados. Assim, as classes subalternas poderão chegar a um nível cultural superior e crítico. Portanto, se o senso comum é passível de transformações, realizar sua crítica e superação, pela filosofia, significa desenvolver um processo pedagógico e político referenciado na prática histórica das classes subalternas. Dessa maneira, o modo de pensar e a organização política ocupam um lugar decisivo na conquista da hegemonia, no pensamento gramsciano.

Nos termos aqui expostos, a preocupação de Gramsci com a passagem das classes subalternas à posição hegemônica está vinculada à necessidade do desenvolvimento de um novo projeto cultural que seja capaz de propiciar a elaboração de uma concepção de mundo própria das classes subalternas, autonomizando-as em face do domínio ideológico das classes dominantes. Ou seja, liberando-a da racionalidade capitalista. Assim, a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial para a conquista da hegemonia dessas classes, na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias.

Formas de lutas de resistência das classes subalternas no enfrentamento de alternativas capitalistas

A crise, que se inicia nos anos 1970, apresenta, segundo Mandel (apud MOTA, 2010), particularidades que se diferenciam da dinâmica de outras crises capitalistas. Trata-se de uma

crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia e recebe, por sua vez, novos estímulos dessas flutuações. (MANDEL apud MOTA, 2010, p.15).

Dado o caráter mundial dessa crise, o qual se imprime pela estrutura mundializada do capitalismo, cuja internacionalização se expressa pela concentração do capital e descentralização da produção com abrangência planetária, ela não pode, segundo Maranhão (apud MOTA, 2010, p. 16), “ser enfrentada setorialmente ou por capitalistas individuais, razão pela qual mobiliza a intervenção do Estado e das organizações financeiras internacionais na tentativa de equacioná-la”. Na medida em que a crise se aprofunda, os salários dos trabalhadores tendem a baixar e a expropriação

das terras dos trabalhadores e dos índios no campo tende a aumentar. O capital que explora os trabalhadores na indústria é o mesmo que expropria e explora os trabalhadores no campo.

No Brasil, a extrema concentração de renda tem sua causa principal na elevada e crescente monopolização da economia brasileira por grupos econômicos de grandes empresas transnacionais. Esses controlam, de forma individual ou associados entre si, a quase totalidade das empresas industriais, financeiras, comerciais, agropecuárias, bem como terras, meios de transporte, comunicação e outros setores essenciais para o bem-estar da vida humana.

Desse modo, a concentração de quase toda a riqueza social nas mãos de um número reduzido de grupos de grandes capitalistas nacionais e estrangeiros condena a classe trabalhadora a sobreviver com uma parcela insignificante do que produz, numa situação crescente de exploração e miséria. Em face dessa situação sinteticamente exposta, em que as desigualdades são um desafio permanente, pela sua essencialidade no capitalismo, dá-se o processo de constituição das políticas sociais mediadas pelo Estado e pela ação das classes sociais organizadas. O Brasil, entretanto, apresenta peculiaridades no que tange à relação entre Estado, capitais particulares e trabalho,

determinadas pelo processo de industrialização tardia, no qual o Estado assumiu, prioritariamente, a função de investidor e de financiador das condições de reprodução e expansão do capital [...]. Como Estado Capitalista, sua ação na manutenção e reprodução da força de trabalho tem se verificado muito mais no disciplinamento do uso produtivo do trabalho pelo capital (jornada, condições de trabalho, salário etc.), do que, propriamente, pela oferta de políticas sociais. (MOTA, 1989, p.131).

Em contrapartida a essa omissão do Estado, o empresariado patrocina, desde a década de 1940, salários indiretos ao trabalhador, o que se apresenta como projeto colaboracionista com o Estado. A partir do controle do Estado pelos capitalistas, o capital privado obtém vantagens financeiras, econômicas e políticas.

A esse respeito, Mota (1989, p. 132) afirma:

No Brasil ocorre verdadeira inversão da chamada via fiscal para redução das desigualdades. Ao invés de o Estado se apropriar de parte do excedente, via taxação de lucros e da riqueza patrimonial, ele abdica de tal receita para que o empresariado faça a ‘justiça social’.

Assim, no contexto atual das transformações da sociedade brasileira, podemos evidenciar que, no âmbito das políticas públicas de corte social, as propostas neoliberais repercutem de forma perversa. Elas excluem um grande contingente populacional que já é expropriado de

toda a riqueza material e intelectual produzida socialmente, ou seja, sujeitos históricos que não usufruem dessa riqueza – amplos segmentos constituídos pelas classes subalternas.

O projeto neoliberal que se expande pelo mundo e, por conseguinte, pelo Brasil, amplia e aprofunda as desigualdades e a pobreza, como expressões da questão social. Ao mesmo tempo, retira a possibilidade do Estado de investir em políticas sociais que atendam, minimamente, às demandas das classes subalternas para garantia de sua sobrevivência. Esse projeto submete as necessidades sociais aos interesses econômicos, cujo objetivo principal é a maximização dos lucros dos empresários privados (CARDOSO, 1995).

Como exposto até aqui, a realidade brasileira evidencia, de um lado, a força econômica e política da classe dominante, representada, em sua maioria, pelas frações ligadas às empresas; de outro, as classes subalternas, que, em seus movimentos e organizações, têm aglutinado assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário. Ou seja, trabalhadores dos setores produtivo e improdutivo; os subempregados e desempregados eventuais; os trabalhadores em potencial, não incorporados ao mercado de trabalho; enfim, todos os segmentos que, não possuindo os meios de produção, estão sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital.

Sobre a dinâmica dessas forças antagônicas no processo de constituição das classes sociais e suas lutas, os estudos já realizados anteriormente indicam que há alguns pesquisadores que partem de métodos de interpretação do processo econômico-social brasileiro, segundo os quais o país teria alcançado um estágio da sociedade capitalista em que se configuram, numa divisão dicotômica absoluta, o proletariado e a burguesia. Com essa visão, são inseridas, no conjunto do proletariado, amplas camadas com posições diferenciadas, ou mesmo indefinidas, no mundo da produção, descaracterizando, segundo esses pesquisadores, os traços essenciais que definem o proletariado como classe.

Por outro lado, existem outros estudos que, tendendo a formular o conceito clássico de proletariado, centrado, portanto, apenas nos operários fabris, excluem do conjunto dos trabalhadores todos aqueles ligados ao setor econômico improdutivo. Os trabalhadores que não estão ligados diretamente à produção material são excluídos de qualquer análise, como se não existissem no processo histórico.

A respeito dessas análises, discorda-se daqueles que excluem os segmentos desvinculados de uma ação direta na produção, mas entende-se que não podem ser negadas as diferenciações existentes entre os próprios trabalhadores quanto à posição que os diversos segmentos ocupam no mundo do trabalho. Os trabalhadores não formam uma classe homogênea tanto no momento objetivo, quanto na subjetivação da objetividade.

Entretanto, a condição de subalternidade do conjunto dos trabalhadores, em face do capital, permite uma nova configuração de classe que reúne segmentos diferenciados, de acordo com a concepção exposta anteriormente. Entende-se, assim, que os efeitos práticos provocados pelo modo capitalista de produção não atingem apenas aqueles trabalhadores que estão diretamente no mundo da produção, inseridos no processo de produção material, mas atingem, fundamentalmente, aqueles que não possuem os meios de produção, quer estejam incorporados ou não ao mercado de trabalho.

A subalternidade desses trabalhadores se expressa, portanto, pela não propriedade dos meios de produção material e cultural, e, consequentemente, pelos domínios econômico, político e ideológico exercidos pelo capital. Esses são os elementos básicos que caracterizam, do ponto de vista aqui apresentado, as classes subalternas como uma das classes fundamentais nas sociedades capitalistas.

É com essa concepção que, neste artigo, destacam-se essas classes, refletindo sobre expressões concretas de suas lutas de resistência para superação de sua condição de subalternidade, em particular para o enfrentamento das alternativas capitalistas no Brasil contemporâneo. Assim, é importante a recuperação de alguns marcos históricos de uma trajetória de luta dos trabalhadores, como reação à subordinação, à exploração e à humilhação inerentes ao capitalismo.

O ciclo de greve no final da década de 1970 é uma dessas expressões analisadas por vários estudiosos do movimento dos trabalhadores, dentre eles Antunes (apud CARDOSO, 1995, p. 192). Ele analisa as greves nas fábricas, em 1978, como movimento que teve suas raízes nos primeiros anos dessa década, quando a classe trabalhadora foi atingida mais diretamente pela crise econômica, após a euforia do chamado “milagre econômico”, sofrendo arrocho salarial e super exploração articulados, que impunham ao proletariado uma dura realidade à qual eram impelidos a resistir. Essa resistência, segundo o mesmo autor, era marcadamente defensiva e se caracterizava pelo freio à produção, “o que refletia de um lado, a criatividade no plano da espontaneidade operária e de outro, os limites imanentes a essa forma de luta” (ANTUNES, 1988, p. 14).

Destacam-se, ainda, como antecedentes às greves de 1978, as campanhas salariais em sua fase embrionária e tímida, que iniciavam um processo de aproximação das lideranças sindicais com as bases. Em 1977, os operários são atingidos com demissões significativas, em face do enrijecimento da política de emprego pelas empresas, sendo demitidos 500 trabalhadores da Ford de São Bernardo. No quadro de intransigência do patronato e em face das condições de superexploração do trabalho, não havia outra saída ao operário senão reagir em direção à conquista da efetivação de direitos. É com essa perspectiva que o mundo do trabalho se mobiliza, sendo deflagrado, pelo proletariado da indústria automobilística,

o maior ciclo grevista pós-1964. Esse ciclo de greves marcou o ressurgimento da ação reivindicatória no Brasil e, apesar das singularidades que caracterizam cada uma das paralisações dentro das fábricas, a motivação básica era a compressão dos salários. Daí o fato de o eixo central das greves de maio definir-se contra o arrocho salarial, embora estivessem presentes outras reivindicações importantes: “a luta contra o intervencionismo estatal e pela democratização, autonomia e liberdade sindical, direito à greve, maior organização no espaço fabril pela negociação direta e pela contratação coletiva” (ANTUNES, 1988, p. 27).

O final da década de 1970, no Brasil, expressou o fim de um ciclo histórico do movimento sindical e, ao mesmo tempo, a abertura de um novo ciclo de organização e luta de resistência das classes subalternas, que prosseguiu ao longo dos anos 1980: o da construção do novo sindicalismo e da formação do partido dos trabalhadores. Esse processo de construção, a partir de 1978, como expressão de luta de resistência, se desenvolve na perspectiva de um sindicalismo classista e de massa, que passa a fazer parte da dinâmica política brasileira, contrapondo-se ao sindicalismo atrelado ao Estado e à estrutura sindical corporativista herdada no Período Getulista.

Mas, após uma década de ascensão de mobilizações da classe trabalhadora organizada, potencializada pelo movimento sindical, desde a greve de São Bernardo, em 1978, até a greve geral de 48 horas em 1989, a década de 1990 pode, sem dúvida, ser vista como um período de recuo das lutas. O conjunto de mudanças nas relações de trabalho teve um feito muito negativo sobre a capacidade de mobilização da classe trabalhadora, pois, como sabemos, em momentos de desemprego muito elevado o temor das demissões é um freio nas mobilizações sindicais. As conjunturas, a partir de 1990 até a atualidade, com grande nível de complexidade, são caracterizadas por viradas políticas, contraviradas, divisões e contradições profundas com um amplo arco de políticas regressivas nos diferentes campos da vida social. Dessa maneira, se acirram na fase atual do capitalismo com o avanço do conservadorismo reacionário no mundo, em particular no Brasil, com o golpe de 2016. Para reflexão das lutas de resistência nessas conjunturas mais recentes, tomamos como referência o pensamento de Ruy Braga (2017), em sua obra *A rebeldia do precariado – trabalho e neo-liberalismo no sul global*. O autor analisa as lutas sociais destacando uma nova força social – o precariado – no âmbito de um pensamento político global, questionando a respeito das “possibilidades da emancipação em escala planetária, quando isso se mostra possível, ou ao menos, na escala de alguns países, quando isso fornece uma ferramenta analítica mais prontamente utilizável” (BRAGA, 2017, p. 14).

Na análise comparativa feita nessa obra entre as políticas implementadas no Brasil, na África do Sul e em Portugal, no movimento global do capitalismo contemporâneo, a noção de precariedade laboral se coloca como central no seu processo investigativo. Isso acontece tendo em vista a

dimensão que essa noção ganhou nos últimos trinta anos, principalmente a partir do enfraquecimento do sindicalismo fordista, cuja crise se constitui, do ponto de vista das classes subalternas, como um dos mais notáveis subprodutos da globalização capitalista. Trata-se de uma crise do poder associativo dos trabalhadores, que tem desdobramentos sobre os partidos reformistas ligados, em termos gerais, com o sindicalismo fordista.

O autor considera, também, que embora tal realidade seja desigual entre os países, é necessário partir da constatação de que

As formas de representação das classes trabalhadoras atravessam uma transição na qual as velhas estruturas organizativas fordistas já não são mais eficazes para alterar os rumos desse declínio, enquanto novas experiências organizativas estão ainda em seus estágios embrionários. (BRAGA, 2017, p. 26).

Esse momento de transição está diretamente relacionado à transformação da própria composição da classe trabalhadora em escala global. Acrescente-se a isso o fato de que a crescente deterioração da relação salarial fordista e o aumento do desemprego em várias regiões e países implicaram o crescimento da informalidade laboral, o que afasta os trabalhadores da proteção trabalhista, intensifica a rotatividade, estimula o trabalho intermitente e os contratos de trabalho se tornam cada vez mais precários e individualizados.

Considerando esse quadro, não deixa de ser surpreendente que o encontro entre a neoliberalização da economia, a precarização do trabalho e o crescimento global da força de trabalho tenham sido acompanhados pela intensificação das lutas sociais em diferentes regiões do planeta. A respeito dessas lutas, Braga (2017) acrescenta que os protestos atuais se desenvolvem em torno da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, dos cortes salariais, dos ataques à previdência social, das reformas regressivas dos sistemas de aposentadoria e de saúde e precarização do trabalho. Os novos movimentos, protagonizados por jovens trabalhadores desempregados ou subempregados, representam um desafio à relação conflituosa entre regulação política e acumulação econômica, determinada, sobretudo, pelo aprofundamento da mercantilização do trabalho, que tem sido uma fonte de precarização da condição proletária e estímulo aos contramovimentos sociais em escala nacional.

Na análise desses processos políticos e econômicos, nos países do sul global, a premissa geral do autor – a qual compartilhamos – é de que o crescimento precário, isto é, o aprofundamento da precarização da condição proletária nesses países,

tem tensionado a regulação burocrática criada pelos Estados nacionais e pelo sindicalismo tradicional para absorver os antagonismos classistas nos limites da cidadania salarial, multiplicando conflitos inso-

lúveis no interior do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado. (BRAGA, 2017, p.31).

Esse crescimento do precariado global tem sido acompanhado por uma violência, também crescente, com o objetivo de assegurar a reprodução ampliada da exploração e da espoliação social.

Na análise da inquietação social do precariado pós-crise da globalização no sul global, segundo a análise de Braga (2017), a característica mais marcante da acumulação capitalista é a permanente transição da centralidade de acumulação por exploração econômica para a centralidade da mercantilização do trabalho, da renda e do dinheiro, e vice-versa. Com essa concepção, busca-se apoio em Harvey (2004, 2016), que, em seu projeto de reconstrução da teoria de Marx à luz das contradições do capitalismo contemporâneo, defende a tese de que “no centro daquilo que define fundamentalmente o capitalismo, existe uma economia baseada na espoliação” (HARVEY apud BRAGA, 2017, p. 246).

Para Harvey (2016), a acumulação capitalista apoia-se em dois processos mutuamente dependentes: a exploração econômica do trabalho assalariado nos locais de produção de mais-valor (o salário representa cada vez uma fração menor do valor produzido) e a espoliação violenta dos setores não totalmente mercantilizados da economia (o desaparecimento progressivo dos antigos direitos trabalhistas, os ataques ao sistema público de saúde, ao seguro desemprego, aos direitos à aposentadoria etc.). Em síntese, a natureza específica da mercantilização contemporânea torna-se mais definida com o emprego do conceito de espoliação, para interpretar a neoliberalização que desorganizou os sistemas de proteção social do fordismo. Para Braga (2017), a vantagem adicional em empregar a teoria da acumulação por espoliação consiste em acolher a afinidade dialética entre a mercantilização e a exploração do trabalho, evitando tanto a relativa homogeneização dos diferentes tipos de intervenção do Estado, quanto a ausência de uma teoria dos movimentos sociais capaz de servir como referência para a apreensão da estrutura do contramovimento. A esse respeito, uma das conclusões do autor, após analisar os três países – Portugal, África do Sul e Brasil – é de que

A teoria do duplo movimento segundo a qual a devastação mercantil é seguida por um único contra movimento em favor da de mercantilização regulada deveria ser transferida de sua atual posição hegemônica na agenda dos estudos sobre a classe trabalhadora global para uma posição subsidiária à teoria marxista da acumulação capitalista.(BRAGA, 2017, p. 247).

Na análise de Braga (2017), o neoliberalismo se constitui como forma de dominação apoiada na espoliação não só do excedente econômico, como também dos direitos sociais dos trabalhadores. Assim, nesses

três países analisados, o neoliberalismo vertebra um tipo de política, cujo objetivo é ampliar a mercantilização de setores da produção e da vida social por meio de medidas adotadas pelo próprio Estado.

No momento atual de crise da globalização, as políticas de espoliação implementadas pelo Estado neoliberal tendem a promover crises de regulação com capacidade de estimular revoltas contra as formas de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro. Nesse quadro, a hipótese perseguida pelo autor é a de que

A resistência às políticas de espoliação, ou seja, os movimentos insurgentes em escala nacional que se multiplicaram pelo Sul global após 2008, se apoiam, sobretudo, nos setores precários das classes trabalhadoras nacionais. (BRAGA, 2017, p.223).

No caso brasileiro, o autor considera que, em contraste com os casos português e sul-africano, a atual ação coletiva dos trabalhadores precários no país caracteriza-se por ser, em termos gerais, subjetivamente inorgânicas. Porém, está objetivamente alinhada aos interesses dos sindicatos no país. Há, de fato, a formação e ampliação do precariado pós-fordista, claramente perceptível nas tendências relativas ao aumento da terceirização e deterioração das condições de trabalho impostas pelo regime de acumulação às classes subalternas; mas, no que tange à ação coletiva desses trabalhadores, o mesmo não pode ser afirmado. Neste particular, Ruy Braga (2017) analisa as jornadas de junho de 2013 como desafio do precariado, e argumenta que essas jornadas evidenciaram um protagonista social – o jovem precariado urbano –, o que se aproxima da tradição de mobilização das classes subalternas no país. Trata-se de uma tradição cuja tendência é aproximar o jovem precariado urbano dos setores mais organizados da classe trabalhadora brasileira, em especial os sindicatos.

Na análise de Braga (2017), compartilhada aqui, o ciclo de protestos iniciado em junho de 2013 ajudou não apenas a alimentar movimentos grevistas dos grupos mais precários e periféricos de trabalhadores organizados, como ele próprio evoluiu em sua dinâmica. As manifestações em praças e avenidas principais atraíram a participação de moradores das periferias, e, ao perderem força no Rio de Janeiro e em São Paulo, mantiveram-se ativos, embora em menor escala, em cidades como Porto Alegre, Recife, Fortaleza e São Luís. Braga (2017) destaca, ainda, que esse ciclo de protestos se constituiu na maior onda de mobilização popular da história brasileira.

Como fortes determinantes desse movimento, destacam-se: as políticas de espoliação implementadas pelo Estado neoliberal, a partir da década de 1990, que tendem a impulsionar revoltas contra a combinação dos modos de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro; aumento da taxa de terceirização e flexibilização; condições salariais do trabalho; avanço do agronegócio; repressão policial etc. Tudo isso provocou a manifestação da insatisfação de amplos setores da juventude (em 17 de junho,

reuniram 75.000), formada por trabalhadores jovens inseridos no mercado em condições precárias de trabalho, dentre outros fora do mercado.

Considerações finais

As reflexões e análises aqui expostas permitem concluir que a sociedade brasileira vivencia, neste momento histórico, uma profunda crise estrutural e fundamentalmente política, na qual a luta de classes se tornou mais explícita com o excessivo avanço do pensamento conservador das elites reacionárias do país.

Essas elites reacionárias têm o Estado sob controle, impondo-se às demais classes, em particular às classes subalternas, através do aparato jurídico-político e coercitivo. Dessa maneira, mantêm-se dominantes pela força e por atos golpistas, destruindo processos democráticos com argumentos farsantes de combate à corrupção, da qual são os principais protagonistas.

Por fim, compartilhamos a idéia de Braga (2017), no que tange ao potencial mobilizador das ações coletivas articuladas por uma nova força social – o precariado –, estimulando revoltas contra as políticas de espoliação implementadas pelo Estado neoliberal e direcionadas tanto à emancipação quanto à proteção social do trabalho.

Referências

ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo: Ensaio, 1988.

BRAGA, R. *Rebeldia do precariado – trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.

CARDOSO, F. G. *Organizações das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedito Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

LOPES, J. B. *50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: da crítica ao Serviço Social tradicional à construção de uma alternativa crítica*. São Luís: Impresso. [2015].

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade social: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: UFPE, 2010.

MOTA, A. E. O pacto da assistência: articulação entre empresas e Estado. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 10, n. 30, abr. 1989.

DOI: 10.12957/rep.2019.42499

Recebido em 18 de março de 2019.

Aprovado para publicação em 30 de março de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.